

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução – Em Favor do Direito Médico	1
1 A Medicina e o Direito	5
1.1. Introdução	14
1.2. O pensamento hipocrático	19
1.3. Os direitos do paciente	20
1.4. A quem pertence o prontuário?	25
1.5. Receita médica	27
1.6. O consentimento do paciente	29
1.7. A velha e a nova ética médica	32
1.8. Os direitos do periciando	35
1.9. Fundamentos de um Código de Ética Médica	38
1.10. A medicina do futuro e seus riscos	38
1.11. Presença dos advogados em locais de exames médico-legais	41
1.12. Referências bibliográficas	43
2 Exercício Legal e Exercício Ilegal da Medicina	45
2.1. Introdução	57
2.2. Exercício legal da Medicina	57
2.3. Conselhos de Medicina	58
2.4. Inscrição de médico deficiente	59
2.5. Exame de qualificação de médico recém-formado	60
2.6. Suspensão do registro por doença incapacitante	61
2.7. Anotações de penalidades na carteira profissional do médico infrator	62
2.8. Exercício ilegal da Medicina	64
2.9. Charlatanismo	66
2.10. Curandeirismo	67

2.11.	Os limites do ato médico	68
2.12.	Interdição cautelar	70
2.13.	Interdição ética do trabalho do médico	72
2.14.	Revalidação de diploma médico	73
2.15.	Suspensão do registro de médico por doença incapacitante	76
2.16.	Referências bibliográficas	79
3	Liberalismo Médico	81
3.1.	Introdução	82
3.2.	Aspecto legal	83
3.3.	Sindicalismo médico	84
3.4.	Socialização da Medicina	84
3.5.	Valorização do Sistema Unificado de Saúde (SUS)	86
3.6.	A greve e a ética	88
3.7.	Auditoria médica	90
3.8.	Junta Médica	91
3.9.	Direito de internar e atender	92
3.10.	O Código do Consumidor e o exercício da Medicina	93
3.11.	Os planos de saúde e as cláusulas abusivas	94
3.12.	O médico e o Estatuto da Criança e do Adolescente	96
3.13.	O médico e o meio ambiente	97
3.14.	O direito à sanidade	97
3.15.	O direito ao meio ambiente saudável	99
3.16.	As cooperativas médicas e a dupla militância	101
3.17.	<i>Managed care</i>	103
3.18.	Medicina baseada em evidências	104
3.19.	Os riscos da medicina preditiva	108
3.20.	Intimidade genética	112
3.21.	Saúde e liberdade	113
3.22.	Segunda opinião	115
3.23.	Por uma medicina política	116
3.24.	Violação do direito à saúde	117
3.25.	Programa Saúde da Família	118
3.26.	A evolução social do médico no Brasil	120
3.27.	Serviço médico obrigatório	124
3.28.	Referências bibliográficas	125

4	Atestados Médicos	127
4.1.	Introdução	130
4.2.	Aspectos ético-legais	131
4.3.	Alcance e limites do atestado em relação ao laudo médico	133
4.4.	O atestado médico e o segredo	135
4.5.	Diagnóstico codificado	136
4.6.	Laudo piedoso	137
4.7.	Testes de gravidez e atestados de esterilidade na admissão ao trabalho ...	138
4.8.	Atestado por especialista	138
4.9.	Atestado para si mesmo	139
4.10.	Atestado de óbito	140
4.11.	Testes pré-admissionais para AIDS	143
4.12.	Referências bibliográficas	144
5	Segredo Médico	147
5.1.	Introdução	148
5.2.	Aspectos legais	149
5.3.	Escolas doutrinárias	151
5.4.	Os limites do sigilo	153
5.5.	Quando se diz que não houve quebra do sigilo	154
5.6.	Conflitos entre o médico e o segredo	154
5.7.	Privacidade e sigilo em informática médica	155
5.8.	Situações especiais	159
5.9.	Segredo médico: obrigação quando no exercício da profissão	164
5.10.	Conclusões	165
5.11.	Referências bibliográficas	165
6	Honorários Médicos	167
6.1.	Introdução	168
6.2.	Mercantilismo	169
6.3.	Critérios de avaliação do honorário	171
6.4.	Honorário médico tabelado	172
6.5.	Honorário médico parcelado	173
6.6.	Aspecto legal	174
6.7.	Prescrição de honorários	175
6.8.	Cobrança judicial	175
6.9.	Quando não cobrar	176
6.10.	De quem cobrar	177

6.11.	Situações especiais	177
6.12.	Honorários periciais	182
6.13.	Referências bibliográficas	184
7	Publicidade e Publicações Médicas	185
7.1.	Publicidade médica	190
7.2.	Mercado da personalidade	192
7.3.	Publicações médicas	193
7.4.	Informações médicas	194
7.5.	A Medicina e a Imprensa	196
7.6.	Uso de marcas e nomes comerciais	199
7.7.	Boletim médico	200
7.8.	Telemedicina	202
7.8.1.	A relação médico-paciente	204
7.8.2.	A responsabilidade dos médicos	204
7.8.3.	Responsabilidade do paciente	205
7.8.4.	A qualidade da atenção e a segurança na telemedicina	205
7.8.5.	História clínica do paciente	205
7.8.6.	Recomendações	206
7.8.7.	Conclusões	206
7.9.	Crítérios para material impresso (receituários, formulários, guias e outros)	207
7.10.	Promoção pessoal: como fazê-la de forma ética?	208
7.11.	Referências bibliográficas	209
8	Tratamentos e Condutas Arbitrários	211
8.1.	Introdução	218
8.2.	Aspectos ético-legais	219
8.3.	Transfusões de sangue em testemunhas de Jeová	221
8.4.	Greve de fome	226
8.5.	Condutas de contenção de pacientes	229
8.6.	Internação involuntária	231
8.7.	Limites da revista corporal	232
8.8.	Bancos de dados de DNA	234
8.9.	Castração química	236
8.10.	Referências bibliográficas	238

9	Omissão de Socorro	239
9.1.	Introdução	244
9.2.	Aspectos legais	245
9.3.	A consciência do perigo	247
9.4.	Plantão “a distância”	248
9.5.	Condutas na urgência e na emergência	250
9.6.	Escusa de consciência	254
9.7.	Referências bibliográficas	255
10	Responsabilidade Médica	257
10.1.	Introdução	261
10.2.	Conceito geral	263
10.3.	Antecedentes	263
10.4.	Responsabilidade profissional	265
10.5.	Deveres de conduta do médico	266
10.5.1.	Dever de informação	267
10.5.2.	Dever de atualização	270
10.5.3.	Dever de vigilância e de cuidados	271
10.5.4.	Dever de abstenção de abuso	272
10.6.	Elementos da responsabilidade	273
10.7.	Aspectos jurídicos	274
10.8.	Contrato de Prestação de Serviços Médicos	275
10.9.	Resultado adverso	276
10.10.	Erro médico	276
10.11.	Responsabilidade penal do médico	277
10.11.1.	Imprudência médica	278
10.11.2.	Negligência médica	278
10.11.3.	Imperícia médica	284
10.11.3.1.	Negligência dos centros complementares de diagnóstico	287
10.11.3.2.	Negligência em transfusões de sangue	288
10.12.	Prescrição penal e prescrição civil	288
10.13.	Ato médico: obrigação de meios ou de resultados?	289
10.14.	Responsabilidade civil do médico	291
10.15.	Consentimento esclarecido e responsabilidade civil	293
10.16.	Socialização do risco médico	297
10.17.	Política de prevenção de risco de erro médico	301
10.17.1.	Fatores de risco	301

10.18.	Deveres de conduta das entidades prestadoras de serviços médicos. . .	305
10.19.	Responsabilidade civil das instituições de saúde do hospital e banco de sangue.	307
10.20.	Responsabilidade civil dos laboratórios e de diagnóstico por imagem	309
10.21.	Como proceder diante da alegação de erro médico.	311
10.21.1.	Algumas advertências	312
10.21.2.	Afinal, o que se deve fazer?.	313
10.22.	Mediação, conciliação e arbitragem médica e de saúde	314
10.23.	A perícia do erro médico	315
10.23.1.	O nexa causal.	315
10.23.2.	As concausas	316
10.23.3.	Os aspectos circunstanciais do ato médico	316
10.23.4.	O estado anterior do paciente.	317
10.23.5.	Os padrões médico-legais	317
10.24.	Responsabilidade solidária	320
10.25.	Responsabilidade do paciente ou de terceiros.	324
10.26.	Responsabilidade trabalhista e residência médica.	325
10.27.	Responsabilidade dos bancos de dados de DNA.	326
10.28.	Alta hospitalar	327
10.29.	Responsabilidades civil e penal do perito	329
10.29.1.	Responsabilidade civil	330
10.29.2.	Responsabilidade penal	330
10.30.	Admissão e alta em unidade de terapia intensiva	333
10.31.	Presença de acompanhantes em salas cirúrgicas.	334
10.32.	Referências bibliográficas.	335
11	Cirurgia Plástica	339
11.1.	Introdução	340
11.2.	Aspectos éticos e jurídicos	341
11.3.	Cirurgia plástica: obrigação de meios ou de resultado?	343
11.4.	Cirurgia plástica nos Tribunais	347
11.5.	Referências bibliográficas.	349
12	Direitos do Feto	351
12.1.	Introdução	352
12.2.	Aspectos civis	354
12.3.	Aspectos penais	355
12.4.	Intervenções fetais.	359

12.5.	O feto e a pesquisa.	372
12.6.	Meios diagnósticos invasivos	373
12.7.	Atos médicos perigosos e polêmicos.	377
12.8.	Conclusões.	378
12.9.	Referências bibliográficas.	380
13	Reprodução Assistida	381
13.1.	Introdução	383
13.2.	Aspectos médico-legais.	385
13.3.	Aspectos jurídicos	385
13.4.	Implantação ovular e a “barriga de aluguel”.	386
13.5.	Normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida (Resolução CFM n.º 2.168/2017)	388
13.6.	Bancos de embriões humanos	393
13.7.	A adoção de embriões excedentários: uma alternativa ético-política.	395
13.8.	Clonagem humana	397
13.9.	Seleção de sexo	399
13.10.	O sigilo médico e a reprodução humana assistida.	399
13.11.	Conclusão	401
13.12.	Referências bibliográficas.	402
14	Aborto Legal e Aborto Criminoso.	403
14.1.	Introdução	404
14.2.	Aborto terapêutico.	406
14.3.	Antecipação terapêutica do parto em casos de anencefalia.	407
14.4.	Aborto sentimental ou moral.	410
14.5.	Aborto eugênico	411
14.6.	Aborto social	413
14.7.	Aborto livre	414
14.8.	Tentativas de legalização do aborto.	415
14.9.	Referências bibliográficas.	421
15	Esterilização Humana	423
15.1.	Introdução	426
15.2.	Esterilização por indicação social	426
15.3.	Esterilização por indicação médica	427
15.4.	Esterilização dos anormais	428
15.5.	Aspectos legais	429
15.6.	Referências bibliográficas.	430

16 Medidas Antinatalistas	431
16.1. Introdução	435
16.2. O autocontrole das espécies	437
16.3. A realidade brasileira	439
16.4. Por trás do “planejamento familiar”	441
16.5. A farsa de Malthus	442
16.6. Aspectos jurídicos	444
16.7. Aspectos éticos	446
16.8. Contracepção de urgência	447
16.9. Conclusão	448
16.10. Referências bibliográficas	448
17 Pesquisas em Seres Humanos	451
17.1. Introdução	481
17.2. Aspectos legais	482
17.3. Direito à integridade biológica	485
17.4. A ética e a ciência	487
17.4.1. A tecnologia biomédica e o princípio da equidade	488
17.4.2. Tecnologia biomédica e relação médico-paciente	489
17.4.3. A educação médica e a tecnologia	490
17.5. Pesquisa em indivíduos sadios	491
17.6. Engenharia genética	492
17.7. Experiências com células-tronco embrionárias	494
17.8. Experiências em condenados	496
17.9. Torturas por meios médicos	497
17.10. A questão do consentimento	499
17.11. Protocolo de pesquisa	500
17.12. O projeto Genoma Humano	501
17.13. A pesquisa em seres humanos e o Código de Ética Médica	502
17.14. Referências bibliográficas	503
18 Transplantes de Órgãos e Tecidos	505
18.1. Introdução	537
18.2. Aspectos ético-legais	538
18.3. Comentários à Lei dos Transplantes	541
18.4. O decreto regulamentador	542

18.5.	Mercado de estruturas humanas	547
18.6.	Ventilação eletiva para doação de órgãos	548
18.7.	Doação de órgãos de anencéfalos	549
18.8.	Transplante de face	550
18.9.	Referências bibliográficas	551
19	Eutanásia	553
19.1.	Introdução	558
19.2.	Fundamentos	561
19.3.	Aspectos éticos	566
19.4.	No fim da vida: um itinerário de cuidados	568
19.5.	Testamento vital (<i>living will</i>).	569
19.6.	O paciente que vai morrer: direito à verdade	571
19.7.	Tratamento da dor crônica.	574
19.8.	A alienação da dor	576
19.9.	Sacralidade e qualidade da vida	578
19.10.	Sobrevivência privilegiada	580
19.11.	Conclusões.	581
19.12.	Referências bibliográficas	583
20	Legislação Acerca da Morte.	585
20.1.	Introdução	593
20.2.	Conceito atual de morte.	594
20.3.	Disponibilidade do cadáver.	597
20.4.	Cremação de cadáveres	597
20.5.	Necropsias clínicas	598
20.6.	Necropsia médico-legal.	599
20.7.	Utilização de cadáveres no ensino e na pesquisa médica	601
20.8.	Quem deve fornecer o atestado de óbito?	603
20.9.	O atestado de óbito e a ética nos desastres de massa	604
20.10.	Partes anatômicas	606
20.11.	Cesárea <i>post mortem</i>	607
20.12.	Gravidez, morte encefálica e transplantes de órgãos.	608
20.13.	Cuidados paliativos	609
20.14.	Referências bibliográficas	611

APÊNDICE

1	Conselhos de Medicina	615
	Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957	615
	Lei n.º 11.000, de 15 de dezembro de 2004	619
	Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958	620
2	Código de Ética Médica	627
3	Código Internacional de Ética Médica	639
4	Código de Ética do Advogado	641
	Bibliografia	655
	Índice Alfabético-remissivo	661